



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SECC/DICON/CGAD/DLOG/PF

Contrato nº 21698388-SECC/DICON/CGAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.003536/2021-75

TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 01/2022, QUE
FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DA POLÍCIA FEDERAL E A
EMPRESA FORTALEZA
SERVICOS
EMPRESARIAIS EIRELI**

A União, por intermédio da POLÍCIA FEDERAL, com sede no(a) SAS QUADRA 06 LOTES 09/A0-CEP 70.037-900, na cidade de Brasília /Estado DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0014-50, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador de Despesas, Sr. **VITOR MORAES SOARES**, nomeado pela Portaria nº 12.702-DG/PF, de 16 de junho de 2020, portador da matrícula SIAPE nº 1720336, CI 1825385-SSP/DF, CPF 708.741.661-87, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa FORTALEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.054.508/0001-45, sediada na ADE, Conjunto 03, Lote 27, Águas Claras, Brasília/DF - CEP 71.985-600, em Brasília-DF doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **DIEGO DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 2.419.499, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e CPF nº 127.657.217-42, tendo em vista o que consta no Processo nº 08200.003536/2021-75 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, *do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013*, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão *por Sistema de Registro de Preços* nº 44/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de todo o

material de consumo e equipamentos necessários, para execução nas Unidades da Polícia Federal em Brasília/DF, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1. Objeto da contratação:

o				
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Global (12 meses)
GRUPO 1				
1	Serviços de limpeza e conservação na atual sede da Polícia Federal em Brasília/DF.	UNIDADE	1	R\$ 932.030,57
2	Serviços de limpeza e conservação na nova sede da Polícia Federal em Brasília/DF.	UNIDADE	1	R\$ 1.532.298,43
3	Serviços de limpeza e conservação nas Instalações da CAOP - Coordenação de Aviação Operacional.	UNIDADE	1	R\$ 186.348,52
4	Serviços de limpeza e conservação nas instalações da Polícia Federal, no Setor Policial Sul, listadas a seguir: <ul style="list-style-type: none"> • DSG (incluindo o CET); e • DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação. 	UNIDADE	1	R\$ 1.588.672,86
5	Serviços de limpeza e conservação nas Instalações do SECAN – Serviço de Canil Central, localizado no Setor Policial Sul.	UNIDADE	1	R\$ 133.252,14
6	Serviços de limpeza e conservação nas Instalações da COT - Coordenação do Comando de Operações Táticas, localizada no Setor Policial Sul.	UNIDADE	1	R\$ 710.551,19

2.CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, ou seja, 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura, *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

2.1.1 *Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2. 1.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2. 1.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2. 1.4. *Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

2. 1.5. *Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;*

2. 1.6. *Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.*

2. 2. *A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2. 3. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

3.CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 423.596,14 (quatrocentos e vinte e três mil quinhentos e noventa e seis reais e quatorze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 5.083.153,71 (cinco milhões, oitenta e três mil cento e cinquenta e três reais e setenta e um centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.*

4.CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200334

Fonte: 01000000000

PTRES: 172371

Elemento de Despesa: 339037

PI: PF99900AG22

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5.CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6. 1 As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7.CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7. 1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8.CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8. 1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9.CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9. 1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10. 1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11. 1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11. 1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11. 1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. 2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11. 3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. 4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3. Indenizações e multas.

11. 5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11. 6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra

atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11. 7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:
 1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
 2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
11. 8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
11. 9. O CONTRATANTE poderá ainda:
 1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
11. 10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12. 1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
12. 2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
 1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
 1. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13. 1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.
13. 2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
13. 3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14. 1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15. 1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16. 1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal/DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Brasília, de janeiro de 2022.

VITOR MORAES SOARES

Ordenador de Despesas da UG 200334

Substituto

DIEGO DE OLIVEIRA

FORTALEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI

Testemunhas:

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº 01/2022

FORTALEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ nº38.054.508/0001-45, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **DIEGO DE OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG nº Carteira de Identidade nº 2.419.499, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e CPF nº 127.657.217-42, **AUTORIZA** a POLÍCIA FEDERAL, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 44/2021:

1. que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
2. que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa **FORTALEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI** junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da POLÍCIA FEDERAL, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.
3. que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Brasília, de janeiro de 2022.

VITOR MORAES SOARES
Ordenador de Despesas da UG 200334
Substituto

DIEGO DE OLIVEIRA
FORTALEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI



Documento assinado eletronicamente por **VITOR MORAES SOARES, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 13/01/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego de Oliveira Barreto, Usuário Externo**, em 14/01/2022, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21698388** e o código CRC **3C2D5F98**.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2022 - UASG 399002

Nº Processo: 509041012172021. Objeto: Prestação de serviços de assistência a saúde e odontológica, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS. (ver objeto completo no Edital Publicado neste sistema e no site da Codesa - www.codesa.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br) Publicado neste sistema. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 17/01/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Izidro Benezath, 48, Enseada do Suá - Vitória/ES ou <https://www.gov.br/compras/edital/399002-5-00003-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 17/01/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 31/01/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: A contratação decorrente deste pregão será regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA. O objeto está dividido em 02 itens: Plano de saúde e Plano Odontológico..

DENIZE DA SILVA LASCOSQUE
Pregoeira

(SIASGnet - 14/01/2022) 399002-99999-2022NE999999

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2022

Contrato nº 001/2022; Partes: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN - CNPJ nº 34.040.345/0001-90 e ATI ATTALUS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. - CNPJ nº 03.153.813/0001-00; Objeto: SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO, IMPLEMENTAÇÃO, SUPORTE OPERACIONAL, HOSPEDAGEM EM CENTRO DE DADOS (DATACENTER) E DISPONIBILIZAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET, PARA GESTÃO DE UNIDADES JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS; Valor: R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais); Data da Assinatura: 13/01/2022; Signatários: ULISSES DANILO SILVA ALMEIDA, Diretor Presidente Substituto e FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES, Diretor Técnico-Comercial, pela Contratante; GEORGE BULHÕES DE LIMA, pela Contratada.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2021 - UASG 399008

Nº Processo: 50905006525202176. Objeto: Aquisição de materiais diversos (suprimentos de informática, escritório e papelaria, arquivamento, gêneros alimentícios, descartáveis, e enfrentamento da COVID-19)", conforme o que consta no Processo Administrativo nº 50905.006525/2021-76 e de acordo com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.. Total de Itens Licitados: 43. Edital: 17/01/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Acre, Nº 21 - Centro, - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/399008-5-00028-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 17/01/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 01/02/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

RODRIGO PANAZIO ZEITUNE
Pregoeiro

(SIASGnet - 14/01/2022) 399008-39000-2022NE000001

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: TED nº 01, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019; Processo 08006.000069/2019-11; Órgão/Entidade Descentralizadora - UG/Gestão Repassadora: Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGL/200.005; Órgão/Entidade Descentralizada - UG/Gestão Recebedora: Universidade de Brasília/Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. Objeto: alterar os itens CLÁUSULA SEGUNDA - UG/GESTÃO REPASSADORA e UG/GESTÃO RECEBEDORA e CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA no 3.1 Motivação e no 3.3 Cronograma Físico do TED nº 1/2019, processo nº 08006.000069/2019-11, celebrado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Universidade Brasília, por intermédio do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT/UnB, bem como alterar os Itens 3.1 Justificativa da proposição, 4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO e 5 - DESCRIÇÃO DO PROJETO do Plano de Trabalho originário, com o propósito de desdobrar as atividades previstas no plano de trabalho original, bem como atualizar as atividades existentes para o alcance das metas. Consequentemente, o cronograma original de atividades está sendo alterado em alinhamento às alterações propostas para as metas e atividades. Entretanto, não haverá alteração no objeto, no valor global do TED e, tampouco, no cronograma dos desembolsos, os quais permanecerão os mesmos. Dessa forma, a vigência do Projeto permanecerá sem alteração com prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de assinatura do TED nº 1/2019 (10 de outubro de 2019). Signatários: Rodrigo Lange - Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CPF xxx.698.019-xx) e Márcia Abrahão Moura - Reitora da Universidade de Brasília (CPF xxx.590.531-xx).

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE REPASSE
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE REPASSE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000006/2022 ao Convênio Nº 822254/2015. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA, Unidade Gestora: 200324. Conveniente: DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA, CNPJ nº 29394729000171. Pedido de reconsideração da prorrogação do convênio. Valor Total: R\$ 1.036.425,30, Valor de Contrapartida: R\$ 10.365,30, Vigência: 22/01/2022 a 21/07/2022. Data de Assinatura: 28/12/2015. Signatários: Concedente: JOSELIO AZEVEDO DE SOUSA, CPF nº 76792625353, Conveniente: JOSIMAR PIRES NICOLAU DO NASCIMENTO, CPF nº 014.837.261-93.

DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL
DIRETORIA DA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE PORTO VELHO/RO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2022 - UASG 200603 - PENIT.PORTO VELHO

Número do Contrato: 14/2020. Nº Processo: 08120.005162/2019-06. Pregão. Nº 17/2019. Contratante: PENITENCIARIA FEDERAL EM PORTO VELHO - RO. Contratado: 11.609.533/0001-91 - IMUNIZADORA PROTEGE COMERCIO E SERVICOS EIRELI. Objeto: O objeto deste instrumento consiste na prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 28/02/2022 a 28/02/2023.. Vigência: 28/02/2022 a 28/02/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 41.900,89. Data de Assinatura: 14/01/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 14/01/2022).

POLÍCIA FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2022 - UASG 200334 - CGAD/DLOG/PF

Nº Processo: 08200.003536/2021-75. Pregão Nº 32/2021. Contratante: COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/. Contratado: 38.054.508/0001-45 - FORTALEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI. Objeto: Contratação de serviços continuados de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de todo o material de consumo e equipamentos necessários, para execução nas unidades da polícia federal em Brasília/DF, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no termo de referência, anexo do edital.. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 17/01/2022 a 17/01/2023. Valor Total: R\$ 5.083.153,71. Data de Assinatura: 14/01/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 14/01/2022).

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2022 - UASG 200406 - DITEC/PF

Nº Processo: 08059.000016/2022-72. Pregão Nº 6/2021. Contratante: DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA-DITEC/DPF. Contratado: 61.032.892/0001-05 - LUNUS COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI. Objeto: Aquisição de espectrômetros raman portáteis, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência, anexo do edital. Item 2. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 17/01/2022 a 17/01/2023. Valor Total: R\$ 209.000,00. Data de Assinatura: 14/01/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 14/01/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2022 - UASG 200406 - DITEC/PF

Nº Processo: 08201.000851/2020-50. Inexigibilidade Nº 15/2021. Contratante: DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA-DITEC/DPF. Contratado: 04.755.378/0001-56 - BRUKER DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS C. Objeto: Aquisição de 01 (um) espectrômetro de ressonância magnética nuclear de 14.1 tesla (600 mhz para a frequência do 1h) a ser instalado no serviço de perícias de laboratório, no instituto nacional de criminalística, no complexo da polícia federal situado no setor policial sul, em Brasília/DF, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no projeto básico. Item 01. Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25 - Inciso: I. Vigência: 17/01/2022 a 17/01/2023. Valor Total: R\$ 6.810.914,22. Data de Assinatura: 14/01/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 14/01/2022).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 200380 - SR/PF/AC

Número do Contrato: 1/2021. Nº Processo: 08220.008609/2019-62. Pregão. Nº 9/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO AC. Contratado: 20.345.453/0001-67 - F M TERCERIZACAO EIRELI. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do Contrato nº 01/2021, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 01/02/2022 a 31/01/2023 , nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666, de 1993. Com a prorrogação, e adequação dos devidos ajustes referentes aos custos fixos não renováveis, o valor do contrato passará a ser o de R\$ 1.202.171,95 (um milhão, duzentos e dois mil, cento e setenta e um reais e noventa e cinco centavos). Vigência: 01/02/2022 a 31/01/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 1.202.171,95. Data de Assinatura: 13/01/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 13/01/2022).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

RETIFICAÇÃO DE VALOR DO CONTRATO Nº 1/2022 - UASG 200358 - SR/PF/AL

Nº Processo: 08230.001519/2020-65
Publicação no DOU dia 14/01/2022, Seção 3, página 137 . Retifica o valor inserido no texto da publicação.
Onde se lê: Valor Total R\$ 626,40
Leia-se: Valor Total: R\$ 20.180,40

